



Contrato de trabalho na Administração Pública

O Governo tem estado apostado naquilo a que ele e outros chamam a reforma da Administração Pública. Na senda daquilo a que muitos "iluminados" da nossa praça não se cansam de chamar as "reformas estruturais". Seria com estas e com o investimento que muitas empresas vêm fazendo, com dinheiros públicos, fundos comunitários e outras benesses que Portugal se desenvolveria. A pedra de toque das reformas estruturais é o ataque aos trabalhadores da Administração Pública:

Têm pensões em média mais elevadas? A solução é reduzi-las porque aumentar gradualmente as dos outros trabalhadores, isso está fora de causa. Têm um emprego com mais garantias de estabilidade? A solução é precarizar-lhes o emprego. Até porque esse é também o caminho aberto para os outros!

O sindicalista explica neste texto de opinião as razões pelas quais só pode estar contra o processo de reforma da Administração Pública, que o Governo de Sócrates tem em curso

Mas os serviços públicos empregam muita gente e, pior do que isso, se se entregar algumas das suas actividades a empresas privadas, como a saúde, por exemplo, o Estado pode poupar muito dinheiro. São os salários que o Estado não paga e, também, são empresas, conhecidas, a quem se vai dar um bom "naco" de negócio, com receita assegurada do OE (a que se juntam os salários poupados!).

E essas empresas podem sempre recorrer às verbas a pedir aos utentes se o dinheiro do OE não chegar. E todos ficamos descansados. Até porque

não há qualquer fiscalização dos serviços de saúde prestados por privados. Mas, melhor, é continuarmos a construir autoestradas e caminhos-de-ferro: dão boas inaugurações, as empresas (da construção civil) agradecem e os sobrefinanciamentos das ditas dão para muita coisa. Só que, com tais receitas, o País empobrece, definha e alguns, poucos, enriquecem.

Na Administração Pública o Governo, que é o patrão e o legislador, quer reservar para si a oportunidade de fazer um acordo ou de o fazer cair, sem se submeter a qualquer arbitragem. Não contente com isso, enquanto por um lado se distrai a dizer que vai lutar contra a precariedade, na Administração quer contratos a termo não já até 6 anos (fez uma pequena transigência) mas até 5 anos! Como é isto possível quando em paralelo o mesmo Governo quer que no sector privado os contratos a termo sejam celebrados por um máximo de 3 anos?

Mas grave é, também, a sede de desregulamentação que se percebe das regras para implementar o despedimento por inadaptação. Até porque é suposto que em serviços públicos essas devem ser situações excepcionais com obediência a critérios bem definidos e regras que ponham acima de tudo os objectivos de serviço público e não humores de passageiros detentores do poder, que presumem absoluto. O Governo entende que não e quer copiar para a Administração Pública o que a propósito ficou no Código do Trabalho.

Se a tudo isto juntarmos uma adaptabilidade de horários - com até mais 3h/dia e 50h/semana - sem contrapartidas para os trabalhadores, bem como a peregrina ideia de fazer a aplicação do actual Código do Trabalho à Administração Pública, quando está já a ser "negociado" outro Código... todos podemos ajuizar do desconcerto com que se está a caminhar. Sendo certo que é sempre para baixo. Ou, por outras palavras, para menos. É por isso que só posso dizer que - assim NÃO. ■